

Apresentação

Luís Antônio Francisco de Souza
Bóris Ribeiro de Magalhães
Thiago Teixeira Sabatine

Como citar: SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira. Apresentação. *In:* SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (org.). **Desafios à segurança pública:** controle social, democracia e gênero. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 7-12.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-280-2.p7-12>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

APRESENTAÇÃO

Nas duas últimas décadas, a questão da segurança pública passou a ser problema fundamental e principal desafio ao estado de direito no Brasil, com discursos e práticas que mobilizaram a opinião pública e os debates de especialistas. Os problemas históricos da área da segurança continuam a pautar os debates. De uma forma geral, estão relacionados ao aumento das taxas de criminalidade e a corrosão da sensação de segurança, sobretudo nos grandes centros urbanos. Mas a agenda das críticas ainda é vasta e compreende as dificuldades relacionadas à reforma das instituições da administração da justiça criminal, a persistência da violência policial, a ineficiência preventiva das polícias e a superpopulação nos presídios. A área da segurança tem interface com as condições de internação de jovens em conflito com a lei, a violência de gênero, contra homossexuais, idosos e negros. De uma forma geral, o debate em torno da segurança mostra preocupação com o aumento dos custos operacionais do sistema, com a ineficiência da investigação criminal e das perícias policiais, bem como com a morosidade judicial. São inúmeros os desafios para o sucesso do processo de consolidação política da democracia no Brasil, e a segurança parece ainda ser o nosso calcanhar de Aquiles, imersa em críticas por falta de transparência e *accountability*.

Não obstante, nas duas últimas décadas, assistimos ao perceptível aumento de estudos na área de segurança pública no Brasil, com conexões com as questões do controle social, da democracia e do gênero. Pesquisas

realizadas em várias disciplinas acadêmicas têm apresentado temas e objetos diversificados, adensando o debate no nível teórico e metodológico. Este contexto de ampliação dos estudos tem intensificado o intercâmbio entre as ciências humanas e as ciências da saúde, mas também tem proporcionado novos espaços de diálogo entre academia, governos e sociedade civil.

Observa-se a ampliação dos temas e problemas afetos à segurança pública, bem como o surgimento de novos atores e de novos paradigmas nas políticas públicas. O problema da segurança, portanto, não está apenas adstrito ao repertório tradicional do direito e das instituições da justiça, particularmente, da justiça criminal, presídios e polícia. Evidentemente, as soluções passam pelo fortalecimento da capacidade do Estado em gerir a violência dentro do repertório dos direitos e garantias constitucionais. Mas envolvem também o estímulo ao aumento dos pontos de contato das instituições públicas com a sociedade civil e com a produção acadêmica mais relevante à área.

Em síntese, os gestores da segurança pública (não apenas policiais, promotores, juízes e burocratas da administração pública) enfrentam desafios de fazer com que o debate sobre o tema transforme-se em real controle sobre as políticas de segurança pública. Mais ainda, é importante que as políticas públicas estejam abertas à parceria entre órgãos do poder público e sociedade civil na luta por segurança e qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. Trata-se na verdade de ampliar a sensibilidade de todo o complexo sistema da segurança aos influxos de novas ideias e energias provenientes da sociedade e de criar um novo referencial que veja na segurança espaço importante para a consolidação democrática.

Com intuito de promover o debate necessário sobre os desafios da segurança, a presente obra procurou reunir as contribuições apresentadas no *I Seminário de Segurança Pública: Controle social, democracia e gênero* e no *I Fórum de Pesquisa sobre Vitimização de Mulheres no Sistema de Justiça Criminal*, organizados pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Sociologia e Antropologia, Grupo de Estudos em Segurança Pública (GESP/UNESP) e o Observatório de Segurança Pública da UNESP (UNESP/CNPq), na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Campus de Marília-SP, entre os dias 14 e 16 de setembro de 2011.

Pretende-se abrir um espaço de produção e reflexão, reunindo pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento para pensar o lugar da segurança pública nas pesquisas e na opinião pública do país. Os desafios contemporâneos são grandes, mas as condições são favoráveis para a realização de um balanço da produção na área e para a avaliação das políticas de segurança pública, em termos de avanços, permanências e retrocessos.

Com o artigo intitulado “O Fim da Inocência. Um ensaio sobre os atributos do saber policial de rua”, a pesquisadora Jacqueline de Oliveira Muniz abre a coletânea com uma reflexão sobre a prática discricionária dos policiais militares. Ela questiona como o mandato público de polícia é acionado no cotidiano, observando as experiências de atendimento à população. A autora aborda as agruras, os saberes produzidos e os riscos assumidos no *modus operandi* desses profissionais.

No artigo “Resguardar ou punir: produção e usos de registros em Guardas Municipais do Rio de Janeiro”, Ana Paula Mendes de Miranda trata da organização e gestão da informação na Guarda Municipal. Com um olhar etnográfico, a autora aponta para as formas e atitudes com as quais os agentes se articulam e efetuam sua organização profissional. O contato com a população e com outras agências do poder público cria nos agentes a necessidade de codificar seus atos e reproduzir modelos de comportamento que não estavam previstos em seus mandatos e em sua formação.

O artigo “A ‘cultura policial’: um debate teórico-metodológico”, de André Rosemberg, aborda as discussões clássicas e contemporâneas da Sociologia da Polícia e a produção e uso das convenções acerca da “cultura policial” ou “subcultura policial”, como ferramentas analíticas para compreender as ações e as atitudes dos profissionais.

No artigo “Controle Social da Corrupção: a Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo”, Rita de Cássia Biason e Tamiris Hilário de Lima Batista apresentam os mecanismos de controle social e transparência das políticas de segurança pública no contexto da democracia brasileira. Estão em questão as denúncias apresentadas à Ouvidoria da Polícia de São Paulo

e a eficácia dos processos instaurados nesta instituição para promover ações policiais que respeitem os direitos de cidadania.

Embora o país tenha dado passos importantes para o reconhecimento de direitos, grupos sociais específicos, como negros, mulheres, crianças, homossexuais e jovens ainda são em grande medida vítimas de discriminação e têm suas demandas por segurança bloqueadas por valores e comportamentos arraigados. A segurança pública sofre de um grave déficit de compreensão das diferenças e isto traz consequências para quem mais precisa dela.

Em “Gênero, Feminismos e Políticas Sociais”, Lucila Scavone apresenta o longo processo histórico das lutas feministas, bem como as conquistas de gênero propiciadas pelas lutas contra a discriminação, a violência e o acesso desigual ao emprego e ao salário. São vários os avanços, mas também são importantes os desafios à frente. As mulheres, enquanto atoras sociais de relevo, tem pautado políticas de acesso aos direitos e provocado a melhor qualidade das políticas públicas, colocando a igualdade de gênero como ponto de princípio na atual democracia brasileira.

“Segurança pública e saúde: a prevenção como desafio para a atuação sobre as violências e acidentes” de Bóris Ribeiro de Magalhães e Thiago Teixeira Sabatine é um artigo que atenta para as políticas de prevenção às violências voltadas para grupos sociais fragilizados. O que chama a atenção é a vulnerabilidade desses grupos à morbidade e à mortalidade por causas externas. O texto enfatiza exemplos de políticas preventivas de saúde e aponta para a urgência do debate e de diálogo entre saúde e os setores tradicionais da segurança pública.

Em meio aos novos atores da segurança, Bruna Angotti coloca seu olhar sobre os primeiros presídios para mulheres. Em “Aprendendo as tarefas do feminino: os primeiros presídios para Mulheres no Brasil das décadas de 1930 e 1940” a autora analisa a medicalização do corpo e os projetos de reforma moral das mulheres no cárcere, tendência que ainda habita os discursos atuais das políticas prisionais voltadas para as mulheres.

“Mulheres Invisíveis? Condição da Mulher no Sistema de Justiça Criminal”, de Heidi Ann Cerneka, ilumina o interior das prisões femininas brasileiras. Em tom de forte denúncia e colocando os discursos das mulheres

em primeiro plano, o artigo demonstra a falta de cuidados necessários às mulheres encarceradas, a discriminação que elas sofrem dentro das prisões e no sistema de justiça criminal e a recalcitrância das políticas nacionais em adotar as regras internacionais para mulheres presas. As mulheres se encontram em desvantagem social e simbólica nas instituições da justiça criminal e na sociedade como um todo.

“A política prisional paulista e a emergência do PCC: considerações sobre a formação de uma específica teia social”, de Camila Caldeira Nunes Dias, conta a história e faz o mapa político da emergência do PCC no interior dos presídios paulistas. Além de uma descrição densa sobre os códigos e estratégias do crime organizado, o artigo foca aspectos da política de segurança pública paulista, apontando para suas fragilidades e para as mudanças dos perfis dos encarcerados. A narrativa tem como pano de fundo o processo de disputa por controle e poder entre presos organizados e representantes do Estado.

“Sociedade punitiva e novas dinâmicas da segurança nos municípios brasileiros”, de Luís Antônio Francisco de Souza, pretende traçar uma visão geral sobre a temática do papel dos municípios na segurança pública. Evidentemente, os municípios estão buscando trilhar caminhos em que a obsessão por segurança ganha relevo e pode ameaçar direitos civis duramente conquistados nas duas últimas décadas. O novo papel dos municípios na segurança está atrelado ao modelo de uma ampla estratégia de governo sobre a população urbana no Brasil contemporâneo.

A presente publicação avalia os desafios da segurança na perspectiva da democracia, dos novos atores e do controle social. As ambiguidades e as tensões existentes entre as instituições de segurança e a sociedade civil devem servir de alerta para a necessidade de qualificação do debate acadêmico e para o aumento das exigências em torno do respeito incondicional aos direitos.

As contribuições dos autores e autoras apontam para estratégias de gestão e de conhecimento como parte integrante da mudança das práticas da segurança no país. São subsídios para qualificação e educação profissionais, com ênfase na prevenção, no controle social e no respeito aos direitos. A incorporação de novos atores e olhares para as especificidades de

grupos sociais excluídos do estado de direito deve ser considerada objetivo a ser alcançado pelas políticas de segurança no país. Cabe aos especialistas e à sociedade civil acompanhar os avanços e desafios, mobilizando saberes e ações na construção de um marco de segurança condizente com a consolidação democrática.

Esta publicação tornou-se possível graças ao importante apoio das instituições que financiaram o *I Seminário de Segurança Pública: Controle social, democracia e gênero* e o *I Fórum de Pesquisa sobre Vitimização de Mulheres no Sistema de Justiça Criminal*: FAPESP, CNPq, Fundunesp, e, sobretudo a CAPES que tornou possível a presente edição. Cumpre agradecer aos pesquisadores e aos colaboradores do Observatório de Segurança Pública (OSP) que participaram dos eventos mencionados acima e agradecer especialmente às pessoas do Laboratório Editorial e do Escritório de Pesquisa da Unesp, campus de Marília, sem as quais este livro não viria a lume.

Luís Antônio Francisco de Souza
Bóris Ribeiro de Magalhães
Thiago Teixeira Sabatine